



O Jornal **pombal**
tem o patrocínio do



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.



miravet
PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA, LDA.

Loja 1: Rua da República nº107 • tel. 278 263 263 • fax 278 262 628 • **5370-347 MIRANDELA**
Loja 2: Rua de Stº António • Tel/Fax 278 616 515 • **5140-095 CARRAZEDA DE ANSIÃES**
ARMAZÉM: Cruzamento de S. Salvador • Tel. 278 262 855 • **5370 MIRANDELA**
E-mail: geral@miravet.eu - www.miravet.eu



syngenta
Carmo



STIHL
HONDA



DELÍCIA DE ANSIÃES

Rua Jerónimo Barbosa | 5140-077 Carrazeda de Ansiães

● 965 307 759 ● 278 108 717

Fabrico Próprio

- ✓ Bolos de Casamento
- ✓ Batizado
- ✓ Aniversário
- ✓ Pastelaria Variada
- ✓ Variada gama de pão
- ✓ Folares
- ✓ Pizzas
- ✓ Cachorros
- ✓ Hamburger



DOCES DA PURI

Puri Fernandes

Beco do Jaime, 30
5140-182 Parambos
Carrazeda de Ansiães
Trás-os-Montes

Telf.: 278 685 233
E-mail: dapuri@hotmail.com
<http://docesdapurietc.blogspot.com/>
<http://www.facebook.com/DocesdaPuri>

Decar, Moveis e Carpintaria

Cozinhas | Quartos | Salas
Parquet flutuante | Soalhos | Forros
Todo o tipo de mobiliário por medida



Celestino Araújo Alves

278615060 | 961867993 | 912093010

Rua Tinta Barroca n.º 74 | 5140-353 Carrazeda de Ansiães



JMLIMA
soc. mediação de seguros

José Lima
TM.: 91 943 55 56
jmlima.seguros@sapo.pt
www.jmlimaseguros.com

Rua Bombeiros Voluntários, 196
5140-060 CARRAZEDA DE ANSIÃES
T.: 278 616 218 F.: 278 617 953

Quintinha do Manel

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
Carrazeda de Ansiães

Restaurante, Pensão / Residencial

278617487

SuperMaisAnsiães

Rua Drº José João de Freitas Nº 50 * 5140-069 - Carrazeda de Ansiães
Tlf/Fax 278 615 000

FICHA TÉCNICA**Nome**

O Pombal

PropriedadeAssociação Recreativa e Cultural
de Pombal de Ansiões**Nº de Pessoa Coletiva**

500 798 001

Publicação Registada na D.G.C.S.

122017

Depósito Legal

129192/98

Diretora

Fernanda Natália Lopes Pereira

Paginação e Composição

João Miguel Almeida Magalhães

Redação e ImpressãoLargo da Igreja, 1 - Pombal de Ansiões
5140-222 Pombal CRZ
Telef. 278 669 199 * Fax: 278 669 199
E-mail: jornalopombal@gmail.com
jornal@arcpa.pt**Home Page**<http://www.arcpa.pt>**Redatores**

Tiago Baltazar; Patrícia Pinto; Liliana Carvalho.

Fotografia

Fernando Figueiredo; Eduardo Teixeira; Fernanda Natália

ColaboradoresVitor Lima; Fernando Figueiredo;
Fernando Campos Gouveia; Flora Teixeira; Manuel Barreiras
Pinto; Catarina Lima; José Mesquita; Fátima Santos; Adriana
Teixeira; Susana Bento; Matilde Teixeira; Hermínia Almeida;
(Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores)**Tiragem Média**

500 Exemplos

PreçoO jornal O POMBAL é gratuito para os
residentes em Pombal de Ansiões
Assinatura Anual (Sócios)
Portugal: 8,00 Euros;
Europa: 18,00 Euros;
Resto do Mundo: 25,00 Euros
Assinatura Anual (Não Sócios)
Portugal: 12,00 Euros; Europa: 25,00 Euros;
Resto do Mundo: 35,00 Euros**Pontos de Venda**Sede da ARCPA (Pombal);
Papellaria Horizonte; Ourivesaria Cardoso;
Papellaria Nunes
(Carrazeda de Ansiões)
Livraria/Papellaria CLIP
(Vila Flor)

FUNDADO EM 1 DE JANEIRO 1997

EDITORIAL

**Fernanda
Natália**

E, cá estamos nós num novo ano, que desejo que vos traga boas surpresas e coragem para ultrapassar os obstáculos que sempre acabam por aparecer. Sempre que se inicia um ano existe a tradição de se desejar “um bom ano”. Este adjetivo acaba por ser muito relativo pois o que é bom para uns até pode ser ótimo para outros e até pode haver quem o desvalorize. Mas estes votos são dirigidos pessoalmente e, creio eu, são um ritual que se perpetua de geração em geração, cumprindo-se como regra social instituída, mesmo que no íntimo não seja um voto sentido. É tradição, cumpre-se. Depois, há os desejos que cada um acalenta em si e que espera ver concretizados. Desejos esses que podem ser mais ou menos ambiciosos mas que enquanto não se desfazem se transformam em pílula estimulante para sonharmos. E, são esses sonhos que acabam por comandar a vida, como dizia o poeta.

Seria bom que cada um de nós, quando pedisse a concretização de um desejo ao ritmo marcado pelo compasso do deglutir da uva passa, incluísse no role dos desejos a Humanidade. Bastaria pedir o fim dos conflitos armados, da fome, da violência doméstica, dos maus-tratos às crianças, dos massacres, dos atentados, das injustiças, da pedofilia... pensando bem, sou levada a acreditar que, sendo assim teríamos de, em uníssono, repetir as palavras de Mia Couto: “Um Mundo novo eu quero. Que tenha tudo de novo e nada de Mundo”. E, em Portugal, parece mesmo missão impossível tendo em conta que é mais difícil sentar frente a frente dois presidentes de clubes que dez candidatos a Presidente da República.

Mas, já que não temos capacidade de mudar o que há de mal no Mundo, pelo menos focalizemo-nos no mundo e naqueles que nos rodeiam, dando asas à nossa imaginação para ajudar a voar rumo à felicidade aqueles que ainda a desconhecem. E, quantas vezes a mesma está á distância de um sorriso ou de uma palavra amiga. O tempo é de crise e contenção mas...não poupem em afetos. Bom ano!

OURIVESARIA CARDOSO

de

José Alberto Pinto Pereira

Rua Luís Camões

Telef. 278 617 284 - 5140 Carrazeda de Ansiães



Tlf.: 278 610 040

Tlm.: 917 838 018

Fax: 278 610 049

vanguardalda@gmail.com

Delegado Centro Sul (Coimbra)

Arq. Jaime Veiros Tlm.: 917837198

Rua Marechal Gomes da Costa, 319, 1º Dtº
5140-083 Carrazeda de Ansiães



RÁDIO ANSIÃES, C.R.L.

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
5140-100 Carrazeda de Ansiães

Internet: www.radioansiaes.pt

E-mail: geral@radioansiaes.pt

Dep. Comercial: 910 043 373

Participar nos programas:

Telefone: 278616295

SMS: 912217320

musica@radioansiaes.pt

Publicidade:

910043373

278616365

Email: geral@radioansiaes.pt

A Rádio Ansiães apoia a ARCPA, ciente da colaboração
no progresso do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Ex.mo(s) Senhor(es) Associados/Assinantes

Caso pretendam receber o jornal, deverão recortar/copiar e preencher a Ficha de Assinatura abaixo e enviá-la para a ARCPA, com o respectivo meio de pagamento ou comprovativo de transferência bancária dos valores indicados, para as seguintes contas:

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (C.a Ansiães)

IBAN - PT50 0045 2190 40052054541 39

JORNAL - O POMBAL

FICHA DE ASSINATURA

NOME - _____

MORADA - _____

LOCALIDADE - _____ CÓD. POSTAL - _____ - _____

PAÍS - _____

SÓCIOS ARCPA

Assinatura anual

- 8,00 Euros PORTUGAL

- 18,00 Euros EUROPA

- 25,00 Euros RESTO DO MUNDO

NÃO SÓCIOS

Assinatura anual

- 12,00 Euros PORTUGAL

- 25,00 Euros EUROPA

- 35,00 Euros RESTO DO MUNDO

ENVIO CHEQUE No _____ BANCO _____

VALE POSTAL No - _____

ou comprovativo de transferência bancária com a identificação do assinante

DATA - ____ / ____ / ____ Assinatura - _____

Envie para: Jornal O POMBAL * Largo da Igreja, 1 POMBAL

5140-222 POMBAL CRZ - CARRAZEDA DE ANSIÃES

Obs.: O pagamento deverá ser efectuado no início de cada ano.

CONTACTOS ÚTEIS

Carrazeda de Ansiães

Câmara Municipal:

Telef. 278 610 200 Fax. 278 616 404

Bombeiros Voluntários:

Telef. 278 616 104 Fax. 278 615 186

Guarda N. Republicana:

Telef. 278 610 020

Centro de Saúde (Urgência):

Telef. 278 610 050 Fax. 278 616 706

Sta Casa da Misericórdia (Lar de Idosos):

Telef. 278 616 747 Fax. 278 616 748

Águas de Carrazeda(Serviços de Águas e Saneamento):

Telef. 278 617 736

Farmácia Rainha:

Telef. 278 616 250

Farmácia Veiga:

Telef. 278 617 119

Caminhos de Ferro (Estação de Tua):

Telef. 278 685 177

Direcção Regional de Agricultura:

Telef. 278 616 361

Escola de Condução:

Telef. 278 616 278

Escola E-B-2,3 (Escola Secundária):

Telef. 278 618 190 Fax. 278 618 198

Centro Regional de S. Social:

Telef. 278 616 147 Fax. 278 616 251

Conservatória Predial e Civil:

Telef. 278 616 164 Fax. 278 615 327

Cartório Notarial:

Telef. 278 616 141

Serviço de Finanças:

Telef. 278 616 236

Tesouraria da Fazenda Pública:

Telef. 278 616 461

Centro Social e Paroquial de Pombal (Lar de Idosos):

Telef. 278 669 315



BORGES PINTO & FERREIRA, LDA.

Confeitaria e Pastelaria, Restaurante
Snack-Bar, Salão de Chá e Café

Rua do Campo Alegre, 654
Telefone 226 068 646
4150-171 PORTO



Largo do Chafariz - 5070 Alijó
Telef. 259 956 691

Rua Luís de Camões, 791 - 5140 Carrazeda de Ansiães
Telef. 278 616 335

Av. das Amoreiras, 130 - 5370 Mirandela
Telef. 278 265 213
Telem. 912 224 418



Regulamento Cedência do Salão

Sócio(a) / Filho(a) de Sócio(a) / Cônjuge

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão/Loiças/Cozinha
1	40€	15€	30€	75€
3/4	100€	40€	80€	200€

Não Sócio(a)

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão/Loiças/Cozinha
1	80€	30€	60€	150€
3/4	200€	80€	150€	300€

Obs: Para este efeito, as regalias de sócio, adquirem-se desde que se seja sócio(a) há mais de um ano, na data do pedido.

O salão deverá ser sempre pedido por escrito, com uma antecedência adequada.

Para casamentos, principalmente no Verão e datas festivas, a antecedência deverá ser, no mínimo de três meses,

Os pedidos serão objecto de apreciação e decisão, por ordem de chegada. Sempre que os pedidos sejam coincidentes, os sócios terão preferência sobre os não-sócios.

Jornal "O Pombal" n.º 229 de 31 de janeiro de 2016



**Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial
de Carrazeda de Ansiães**

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 11/01/2016, lavrada a partir de cinquenta e uma do respetivo livro de notas número oitenta e dois C,

Teresa do Céu Baltazar Ribeiro da Veiga, NIF 167 037 137, casada sob o regime da comunhão de adquiridos com João Cirineu Gomes da Veiga, natural de Moçambique, residente na Rua Santos Pousada, n.º 384, habitação 40, freguesia de Bonfim, concelho do Porto, declarou:

Que, com exclusão de outrem, é dona e legítima possuidora de três quartas partes indivisas de um prédio rústico sito no Chamadouro, freguesia de Pombal, concelho de Carrazeda de Ansiães, composto por horta, terra de trigo, videiras, oliveiras, árvores de fruto, terra de centeio, pinhal e mato de torga, com a área de trinta e quatro mil e setecentos metros quadrados, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 849, com o valor patrimonial tributário correspondente à fração de € 1 008,98, descrito na competente conservatória sob o número oitocentos e vinte e um, com aquisição registada de três quartas partes indivisas a favor de Firmino Augusto Ribeiro, casado com Aurora do Céu Lima, pela inscrição com apresentação um de doze de fevereiro de mil novecentos e quarenta e oito, e uma quarta parte indivisa a favor da ora justificante, pela inscrição e averbamento com apresentação novecentos e cinco de catorze de novembro de dois mil e catorze e oficioso de dez de agosto de dois mil e quinze.

Que, apesar do prédio indicado estar ali inscrito a favor do referido Firmino Augusto Ribeiro, casado com Aurora do Céu Lima, na proporção de três quartas partes indivisas, o mesmo é pertença da justificante na totalidade (já é titular inscrita de uma quarta parte indivisa).

Que, entrou na posse do referido prédio - relativamente a três quartas partes indivisas ora objeto de justificação - por doação verbal, ainda no estado de solteira, feita por seus pais António Baltazar Ribeiro e mulher Maria de Fátima, que foram casados entre si e residentes na dita freguesia de Pombal, já falecidos, doação essa feita em dia e mês que não pode precisar, do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, e que nunca foi reduzida a escritura pública.

Que, deste modo não ficou a dispor de título formal que lhe permita registrar na aludida Conservatória do Registo Predial a aquisição da propriedade do identificado prédio, porém, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, ela justificante, já possui, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-o, semeando-o, cultivando-o, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre como sua proprietária, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazer em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriu o citado prédio rústico por usucapião, que expressamente invoca para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

11.01.2016. A Conservadora,

(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 33.

O NOVO TALHO NOVO



**talhonovo@hotmail.com
Carrazeda de Ansiães**

SERRALHARIA A NOVA
DE: ALBINO AUGUSTO CARVALHO
FERRO E ALUMÍNIO

Zona Industrial, Lote 6 * Telef/Fax 278 615 268
Tel: 917 601 847 * 5140-105 CARRAZEDA DE ANSIÃES

Jornal “O Pombal” n.º 229 de 31 de janeiro de 2016



**Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial
de Carrazeda de Ansiães**

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do artº. 100º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 05/01/2016, lavrada a partir de trinta e duas do respetivo livro de notas número oitenta e dois C,

Marcelino dos Santos Figueiredo, NIF 143 566 075, e mulher Urinda de Jesus Rodrigues, NIF 143 566 083, casados sob o regime da comunhão geral, naturais da freguesia de Linhares, concelho de Carrazeda de Ansiães, onde residem em Campelos, titulares dos B.I. n.ºs,

respetivamente, 3052097 5 emitido em 03/02/1998 e 3514023 2 emitidos em 02/05/2001 e 05/05/1998 pelos SIC de Bragança, declararam:

Que, com exclusão de outrem, são possuidores dos bens

IMÓVEIS SITOS NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

freguesia de Linhares

Verba n.º 2

Quota-parte: quatro sextos indivisos

Natureza: rústica

Composição: terra de cereal, vinha e pastagem

Situação: Vale do Fojo

Artigo Matricial: 850

Valor Patrimonial para efeitos de IMT correspondente à fração: € 567,36

Descrição predial: descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número mil setecentos e oito, com inscrição de aquisição de uma sexta parte indivisa a favor de Orinda de Jesus Rodrigues e marido Marcelino dos Santos Figueiredo, conforme apresentação 7 de 2007/10/17, uma sexta parte indivisa a favor de Júlia Laura Rodrigues casada com Francisco Magalhães, conforme apresentação 6 de 2007/10/17, e uma sexta parte indivisa a favor de Maria dos Remédios Seixas casada com Horácio Simão Barbosa de Azevedo, conforme apresentação 1004 de 2015/07/27

Verba n.º 4

Natureza: rústica

Composição: Terra de cereal e baceiros

Confinantes: Maria Conceição Moraes (Norte); Leonardo Rodrigues (Sul); Carlos Santos Moura (Nascente); caminho (Poente)

Situação: Pelombeira

Artigo Matricial: 1978

Área: 560 metros quadrados

Valor Patrimonial para efeitos de IMT: € 79,58

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Que, entraram na posse dos prédios indicados nas verbas dois e quatro (a totalidade do artigo rústico 1978 e metade indivisa do artigo rústico 850, sendo que a esta metade indivisa acresce uma sexta parte indivisa de que já é titular inscrito), no ano de mil novecentos e setenta e cinco, por partilha meramente verbal que nunca foi reduzida a escritura pública, feita em dia e mês que não podem precisar, por óbito dos pais do justificante marido Américo Salvador Figueiredo e mulher Maria da Luz Costa, casados sob o regime da comunhão geral e residentes no dito Campelos.

Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial os identificados imóveis, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material dos mesmos, eles justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, os prédios em causa, tendo sempre sobre eles praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-os, semeando-os, cultivando-os, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, deles todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por eles devidos, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre os identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram os citados prédios por usucapião, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

05.01.2016. A Conservadora,

(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 11.

Jornal “O Pombal” n.º 229 de 31 de janeiro de 2016



**Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial
de Carrazeda de Ansiães**

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do artº. 100º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 04/01/2016, lavrada a partir de trinta e oito do respetivo livro de notas número oitenta e dois C,

José Joaquim Rodrigues da Costa, NIF 202 725 391, casado com Sónia Maria Nunes Barroca, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Pombal, concelho de Carrazeda de Ansiães, residente na Rua João Villaret, n.º 5, 3.º direito, freguesia de Baixa da Banheira, concelho de Moita, declarou:

Que, com exclusão de outrem, é dono e legítimo possuidor de um prédio rústico composto de terra de centeio, videiras, macieira, figueiras e amendoeira, com a área de três mil e trezentos metros quadrados, sito no Chamadouro, freguesia de Pombal, concelho de Carrazeda de Ansiães, a confrontar do norte com caminho, do sul e nascente com Firmino Augusto Ribeiro e do poente com herdeiros de António Joaquim Moura, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 848, com o valor patrimonial para efeitos de IMT de € 616,29 a que atribui igual valor.

Que entrou na posse do referido prédio, ainda no estado de solteiro, maior, por lhe ter sido doado verbalmente pela mãe Silvina Soares Rodrigues, que foi casada com Aldino da Costa e residente no dito Pombal, já falecidos, doação essa feita em dia e mês que não pode precisar, do ano de mil novecentos e noventa e dois, e que nunca foi reduzida a escritura pública.

Que, deste modo não possui título formal que lhe permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado imóvel, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, ele justificante, já possui, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-o, semeando-o, cultivando-o, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre como seu proprietário, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazer em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriu o citado prédio rústico por usucapião, que expressamente invoca para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

05.01.2016. A Conservadora,

(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 17.

Jornal “O Pombal” n.º 229 de 31 de janeiro de 2016



**Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial
de Carrazeda de Ansiães**

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do artº. 100º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 11/01/2016, lavrada a partir de quarenta e cinco do respetivo livro de notas número oitenta e dois C,

Laurentino César Pereira, NIF 155 102 036, e mulher Palmira da Conceição Seixas Pereira, NIF 108 162 788, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais da freguesia de Marzagão, concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes em 34 Rue du Lieutenant Roze, 37520

La Riche, França, declararam:

Que, com exclusão de outrem, os seus constituintes são donos e legítimos possuidores dos seguintes bens imóveis, situados no concelho de Carrazeda de Ansiães:

Um) metade indivisa de um prédio rústico sito no Carrascal, freguesia de Marzagão, composto por horta, terra de cereal, pastagem de cabras, oliveiras, figueiras e sobreiros, com a área de nove mil metros quadrados, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1390, descrito na conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número mil trezentos e noventa e seis, com aquisição de metade indivisa registada, a favor de Mário Norberto Seixas casado no regime da comunhão geral com Ana de Jesus, conforme inscrição apresentação cento e quarenta e nove de dez de abril de dois mil e quinze, e de metade indivisa a favor de José Rodrigo Monteiro e mulher Maria Alice de Seixas Monteiro, conforme inscrição apresentação cento e quarenta e quatro de cinco de agosto de dois mil e quinze, com o valor patrimonial para efeitos de IMT correspondente à fração de € 392,58, igual ao que lhe atribuem;

Dois) um sétimo indiviso de um prédio rústico sito no Adejoão Branco, freguesia de Marzagão, composto por terra de cereal, lameiro, horta e pinhal, com a área de quarenta mil duzentos e cinquenta metros quadrados, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 855, descrito na conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número mil cento e quarenta e três, com aquisição de dois catorze avos indivisos registada a favor de Adolfo Norberto de Seixas e de Dália Rosa Dias Ramires Seixas, conforme inscrição apresentação cinco de vinte e nove de outubro de dois mil e oito, de um sétimo indiviso a favor de José Rodrigo Monteiro e mulher Maria Alice de Seixas Monteiro, conforme inscrição apresentação cento e quarenta e quatro de cinco de agosto de dois mil e quinze, e de um sétimo indiviso a favor de Armando Norberto Seixas e mulher maria de Fátima Figueiredo Seixas, conforme inscrição apresentação duzentos e noventa e seis de dois de outubro de dois mil e quinze, com o valor patrimonial para efeitos de IMT correspondente à fração de € 252,00, igual ao que lhe atribuem;

Três) metade indivisa de um prédio rústico composto de terra para centeio com oliveiras e sobreiros, com a área de nove mil metros quadrados, sito na Derreigada, freguesia de Lavandeira, Beira Grande e Selores, que confina a norte com António Costa, a nascente com António Luís Viegas e outro, a poente com Manuel Ferreira e a sul com Manuel Moraes Frias, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2446 (anteriormente inscrito sob o artigo 749 da extinta freguesia de Lavandeira), com o valor patrimonial para efeitos de IMT correspondente à fração de € 140,15, igual ao que lhe atribuem.

Que é comproprietário do prédio indicado em três Adolfo Norberto Seixas, casado sob o regime da comunhão geral com Dália Rosa Dias Ramires Seixas, residente no Canadá.

Que, apesar do prédio indicado em um estar ali inscrito a favor do referido Mário Norberto Seixas, os mesmos é pertença dos justificantes na indicada proporção.

Que, adquiriram, já no estado de casados, os referidos prédios objeto desta escritura por partilha meramente verbal que nunca foi reduzida a escritura pública, em dia e mês que não sabem precisar do ano de mil novecentos e setenta e sete, por óbito do dito Mário Norberto Seixas.

Que, deste modo não ficaram a dispor de título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial a aquisição da propriedade dos identificados prédios, porém, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material dos mesmos, eles justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, os prédios em causa, tendo sempre sobre eles praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-os, semeando-os, cultivando-os, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, deles todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre os identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram os citados prédios rústicos por usucapião, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

11.01.2016. A Conservadora,

(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 29.



Especialidades da Casa:

Carnis:

Veado, Javalí, Coelho Bravo, Porco e Anjos de Lebre

Prims:

Polvo, Bacalhau, Enxofra, e Peixinhos do Nosso Rio

Agência: TOTOBOLA - TOTOLOTO

ESPLANADAS DE LAZER

E PAISAGENS ESPECTACULARES

Restaurante
CALÇA CURTA

Télef. 278 685 255

5145-133 TUA



Carrazeda de Ansiões

Exposição - "Mensagem de Bragança"

Fernanda Natália

O "Mensagem de Bragança" organizou um conjunto de duzentos painéis evocativos das suas edições dos últimos 75 anos, nos quais estão presentes as notícias mais marcantes de cada um dos concelhos do distrito de Bragança. No que concerne ao concelho de Carrazeda de Ansiões, foram organizados doze painéis, os quais se encontram em exposição no CITICA já desde o dia 23 de dezembro e que se prolonga até ao dia 5 de Fevereiro.

Nesta exposição é possível recordar momentos que fizeram história no concelho e que constituem, sem dúvida, marcas da sua identidade e da sua memória.

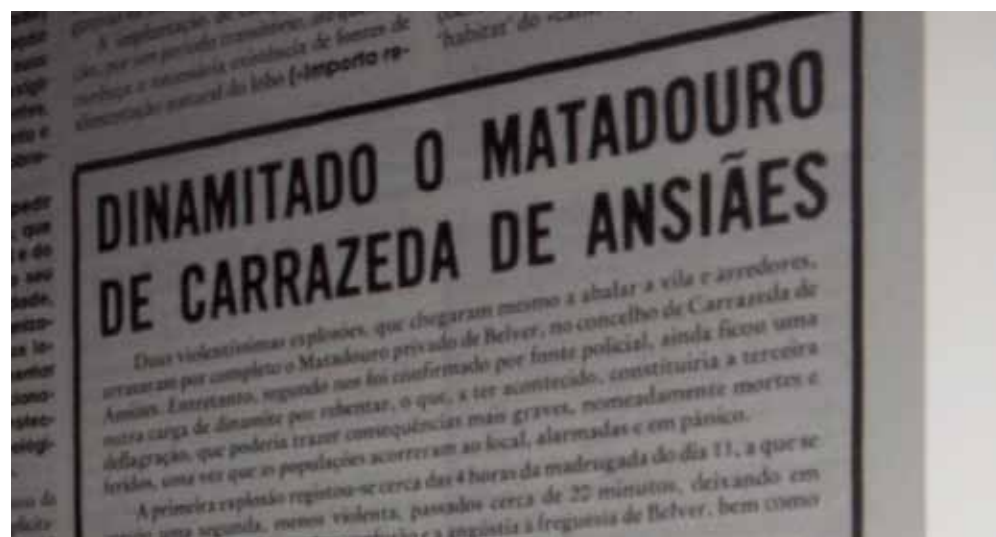
Trata-se de uma iniciativa do "Mensagem de Bragança", inserindo-se nas comemorações dos 75 anos de publicações sem qualquer interrupção deste jornal diocesano e que foi fundado a 1 de janeiro de 1940, por D. Abílio Vaz das Neves e que comprova, inequivocamente, a vitalidade que esta publicação tem tido ao longo dos tempos, constituindo-

-se, inclusive, como a publicação mais antiga do nordeste transmontano. Atualmente, o "Mensagem de Bragança" é um jornal semanal e que tem uma tiragem de cinco mil exemplares.

Ainda no mesmo espírito que presidiu à organização da supracitada exposição, foi publicada uma edição comemorativa do "Mensagem de Bragança", tendo sido entregue pelo bispo da Diocese de Bragança Miranda a sua Santidade, o Papa Francisco, depois de uma audiência geral que decorreu na sala Paulo VI, estando presentes também, o diretor e administrador do jornal, bem como todo o corpo redatorial.

Papa recebeu edição comemorativa do «Mensagem de Bragança» O bispo da Diocese de Bragança Miranda entregou esta quarta-feira ao Papa Francisco um exemplar da edição comemorativa dos 75 anos do jornal «Mensagem de Bragança», após a tradicional

audiência geral, que decorreu na sala Paulo VI. A deslocação a Roma dos colaboradores do "Mensagem de Bragança" realizou-se no âmbito dos 75 anos do jornal, órgão oficial da Diocese de Bragança-Miranda, e da delegação faziam parte, para além do bispo diocesano, o diretor da publicação, o padre José Carlos, e o administrador do jornal, Adriano Diegues que "tiveram oportunidade de cumprimentar o Papa Francisco". "Foi um momento de grande alegria para todos nós", disse o diretor do jornal. Estiveram também presentes os "restantes elementos da redação e parte administrativa", informa o comunicado. O jornal "Mensagem de Bragança" foi publicado pela primeira vez a 1 de janeiro de 1940 e mantém publicações "de forma ininterrupta" desde esta data; atualmente tem uma periodicidade semanal e uma tiragem média mensal de cinco mil exemplares sendo o jornal "mais antigo" do distrito de Bragança e o que "tem mais assinantes".



Estatuto Editorial

O jornal “O POMBAL” é um órgão de informação regional, com periodicidade mensal, pertencente à Associação Recreativa e Cultural de Pombal de Ansiães e seus associados.

O Jornal “O POMBAL” tem como principais objetivos:

Informar os seus associados e demais leitores acerca das actividades da Associação.

Fazer a divulgação dos acontecimentos e das potencialidades da nossa aldeia e região envolvente.

Através da colaboração na feitura do jornal pelos sócios interessados, contribuir para melhorar a sua formação técnica, cultural e humana.

Constituir um traço de união entre os seus associados e leitores.

Assegurar, nas suas páginas, a possibilidade de expressão e confronto de diversas correntes de opinião, relativamente a temas de interesse geral.

Assegurar aos seus leitores o direito a ser informado com verdade, rigor e isenção.

Para tal, a Direcção e Redacção deste jornal comprometem-se a :

Respeitar o normativo da Constituição da República Portuguesa segundo o qual o exercício dos direitos de liberdade de expressão e informação “não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura”, entendendo-se por censura a sonegação ilícita de informações, por razões políticas ou outras, e não a necessária e legítima selecção de notícias e artigos de opinião.

Respeitar os princípios deontológicos da imprensa e a ética profissional, de modo a não poder prosseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa fé dos leitores encobrendo ou deturpando a informação.

Verificar escrupulosamente as suas fontes de informação, procurando identificá-las com precisão, reservando-se o direito de analisar, caso a caso, as circunstâncias excepcionais que possam justificar o recurso, nos termos da lei, à respectiva confidencialidade, constituindo-se o jornal em garante da sua autenticidade.

Estabelecer rigorosamente a distinção entre notícias e comentários, na base do princípio de que “os factos são sagrados, os comentários são livres”, sem prejuízo da necessidade de ordenar, relacionar e explicar os acontecimentos referidos.

Assumir a responsabilidade de emitir opinião própria, através de editoriais assinados pela Direcção, sempre de acordo com uma linha editorial que se define pelas seguintes características:

- > liberdade criativa e autonomia em relação a quaisquer forças políticas, económicas ou de outras natureza;
- > vinculação aos princípios democráticos nos domínios político, social e cultural;
- > respeito pelas normas consagradas na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- > defesa dos valores culturais próprios do quadro nacional, sem prejuízo do reconhecimento dos particularismos regionais e locais;
- > rejeição sistemática da intolerância política, cultural ou religiosa e da segregação racista;
- > defesa de uma perspectiva de desenvolvimento económico e justiça social para a região onde se insere, tendo em vista a correcção das desigualdades mais flagrantes entre pessoas e grupos sociais.
- > consagrar particular atenção, na linha que lhe é tradicional, ao noticiário e à divulgação cultural, e procurar manter as suas colunas abertas à colaboração de personalidades de relevo, a nível local e regional.
- > reservar-se o direito de seleccionar os textos a publicar, excepto aqueles que sejam enviados ao abrigo do direito de resposta.
- > seguir a orientação definida nos termos da Lei de Imprensa, pelo seu Director e por este Estatuto Editorial tendo como limites os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

A Direcção



**In memoriam de
Helder Rodrigues**

José Mesquita

Helder Rodrigues, nascido em Mirandela e residente em Carrazeda de Ansiães faleceu na entrada do novo ano. Professor durante muitos anos no concelho, interventor social e político da região, foi autor de variadas obras literárias, tais como: “A palavra na boca”, Os Contos de Pedra”, “A Salto” e duas outras de carácter social e cultural que retratam idiossincrasias carrazedenses: “A festa de Santa Eufémia” e “Ciganos”. A sua última obra “Terra Parda” é um conjunto de contos cujos protagonistas, no dizer de A. Pires Cabral, “são homens e mulheres rudes e inteiriços, talhados no granito e no xisto que lhes serviu de berço, aconchegados nos ditames da sua identidade cultural, que vivem histórias ora extraordinárias, ora banais muitas vezes salpicadas de tragédias, outras vezes de humor”.

A sua presença assídua nas redes sociais espelhou sempre uma genuína aptidão para a reflexão, pautada por uma enorme capacidade de humor e doseada da sua invulgar apetência para o uso das palavras na poesia e na prosa. Por vezes presenteava-nos com trechos ficcionais deliciosos que demonstram a sua rara competência na técnica da escrita criativa.

Como Fernando Gouveia escreveu “Carrazeda perde um grande intelectual, e mais do que isso, um cidadão carrazedense que deixou nas suas páginas as referências ao concelho e à sua gente”. É um amigo que nos deixa e também por isso um pouco de nós se vai. A melhor homenagem que lhe prestamos é a de ler ou reler a sua obra.





Notícias da Capital

Padroeiro, São e Santo

Susana Bento



Caros leitores do Jornal O Pombal: é com prazer que abro hoje o ano 2016 de artigos sobre a capital lisboeta ou sobre o que ela em mim desperta. No passado Junho escrevi erroneamente que o santo padroeiro de Lisboa era Santo António. Lamento muito ter-vos enganado por estes meses todos, mas estou em crer que o crime não é grande e que a repreenda o não será também. A verdade é que esperei, também eu, por este momento de revelação e correção durante todo este tempo. Dá-se o caso de, neste preciso mês e mais concretamente no passado dia 22 de Janeiro, se comemorar o dia do mártir São Vicente, esse sim o real santo padroeiro da cidade de Lisboa. Real em duplo sentido: real por ser o verdadeiro padroeiro e real, ainda, porque resgatados os seus restos mortais do Cabo de São Vicente, no Algarve, até Lisboa por Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal. São Vicente de Saragoça era, pois, um homem viajado, até depois da sua morte. Passo a explicar: por altura da sua vida quis Diocleciano, Imperador de Roma, proceder a uma persegui-

ção em massa aos cristãos e enviar ministros para tal demanda. A Península Ibérica não ficaria excluída dos seus propósitos e numerosos cristãos foram persuadidos a negar a fé cristã e a aceitar o culto aos deuses pagãos. Ora Vicente e Valério, seu bispo e educador que o ordenou mais tarde diácono, acabaram torturados, não cedendo jamais aos intuitos de Diocleciano. O bispo Valério foi desterrado e Vicente foi condenado à morte. Decorria o ano de 304, precisamente no dia 22 de Janeiro, em Valência. Este dia é festejado pelos cristãos em memória de São Vicente, o mártir. Talvez tivesse lógica ser o feriado municipal de Lisboa, mas não o é: quem sabe ser essa a razão da minha e da confusão de tantos quantos imaginam ser António o santo padroeiro da cidade?

São Vicente é inspirador de lendas e histórias de reis. O seu corpo depois de martirizado foi alvo de viagens e deambulações, que originaram até lendas no imaginário cultural português: diz-se que “o seu corpo foi largado num pântano com o objectivo de ser comido pelas aves, mas foi salvo por um corvo. Desesperado, Daciano ... [Prefeito de Roma e Presidente de todas as Espanhas, sob a vontade do imperador Diocleciano] ... mandou que lançassem o corpo no mar alto, mas depressa este regressou a terra.” [http://www.ruadireita.com/artef/ info/a-lenda-de-sao-vicente-o-padroeiro-de-lisboa/]

Pelos vistos, esse mesmo corpo ainda teria que rebolar uns anos

valentes até ir parar ao cabo de seu nome, por receio de possíveis maus tratos aos restos mortais de São Vicente por parte de um califa omíada que tinha por hábito destruir relíquias sagradas por onde passava. E agora (no ano de 755) aproximava-se perigosamente de Valência. Por isso um grupo de valencianos corre a salvar os restos mortais de São Vicente até ao Algarve. Aqui hão-de repousar até que o rei Afonso Henriques os pretenda resgatar, anos depois, em 1173, numa viagem lendária numa barca com as relíquias sagradas do santo. Segundo a lenda, esta barca foi protegida por dois corvos e a sua viagem foi liberta dos perigos da costa atlântica. Ao chegar à capital, de noite, foram conduzidos até à Igreja de São Domingos e só no dia seguinte trasladados para a Sé Patriarcal de Lisboa, abrigados na capela-mor.

Por toda esta história que vos narro, São Vicente é também padroeiro principal da Diocese do Algarve. Em Portugal é ainda o santo protector e advogado das crianças. A obra de pintura atribuída a Nuno Gonçalves associa-se ao seu nome (“Painéis de São Vicente”), embora haja controvérsia sobre as entidades neles representados e sobre a datação do documento, que não é deixada escrita de forma óbvia: um fascínio e mistério que vêm aumentar o carácter lendário de São Vicente e suas relíquias. Inspirador desde há tantos séculos, falta revelar-vos que é representado vulgarmente por uma barca e um corvo e que o brasão de armas da capital é apoiado na sua lenda: um brasão onde se vê desenhada uma barca com dois corvos em cada castelo (proa e

popa). Na estação do Rossio podemos ainda apreciar uma das mais belas interpretações do valor desta figura histórica e cristã para os portugueses, da autoria de Lima de Freitas, que integra dois dos versos de Camões do canto III d’ Os Lusíadas: “Do Sacro Promontório conhecido / À cidade Ulisseia foi trazido”. Promontorium Sacrum em referência aqui a São Vicente, embora à letra se traduza por Ponta de Sargres; Ulisseia, cidade de Lisboa. Para quem gostar de ver esta obra em azulejo mais ao perto, embora virtualmente, aqui fica a dica: <http://4.bp.blogspot.com/-dKER-1NrAaY/VOsZPbQptcI/AAAAAANDg/F0n-UT40hus/s1600/lisboa%2Bestacion2.jpg>

E quem gostar de ler um pouco mais sobre o contexto histórico-cultural em que a trasladação das relíquias de São Vicente acontecem, pode fazê-lo ainda nesta página: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-picoito.htm>

Até breve pombalenses! Aqui fica esclarecido o verdadeiro e real padroeiro da cidade de Lisboa. Espero que tenham gostado desta viagem hispano-romana pela Ibéria de um Vicente de Fora, tão cá de dentro.





Património e Cidadania

"A toque de caixa"

Fernando Figueiredo



Quando era criança e adolescente, ouvia frequentemente a expressão "a toque de caixa", utilizada pelos nossos progenitores ou por outros adultos da família ou não, quando queriam que nós abandonássemos depressa uma qualquer actividade que não achavam adequada ou queriam que executássemos outra sem demora, sobretudo se notavam alguma resistência. Saía então:

- "Sais já daí a toque de caixa"; ou

- "Vais já a toque de caixa"-, conforme o caso.

Nós bem sabíamos, em termos práticos, o que tal significava, pois, se houvesse resistência prolongada ou contestação, o que acontecia sobretudo com as mães, as consequências podiam não ficar por aí.

Assim, quando metia "toque de caixa" não podia esperar-se coisa boa...

Na verdade, nunca havia nenhuma caixa no caso. Mas o avi-

so ou a ameaça podiam incluir uma vergasta ou outro adereço contundente, ou apenas o braço ou a perna mais à mão, sendo a eventual "caixa" o corpo da vítima. Todavia, "toque de caixa" não me parecia ter muito sentido... Ou melhor: não lho tinha ainda encontrado...

Quando comecei a ouvir as bandas musicais e a vê-las progredir no terreno a percorrer, quer em passo largo quer nas procissões, percebi que todos os elementos marchavam ao toque de uma caixa de rufo, havendo muitas vezes que acertar o passo para que todos caminhassem certos e ao ritmo. Esses, sim, iam e vão "a toque de caixa", única maneira de não avançarem, cada um por si, à sua vontade, de forma desordenada. Vendo bem, parecia haver alguma similitude com o que nos era por vezes imposto ou exigido.

Qual é então a origem da expressão "a toque de caixa"?

Caixa é um termo simplificado de "caixa de rufo" ou "caixa de guerra" — designação de tambor -, que foi trazido para a Europa pelos Árabes. A caixa é, pois, o corpo oco do tambor: a caixa de ressonância. Ora, como os exercícios militares eram acompanhados pelo som de tambores, dizia-se que os soldados marchavam "a toque de caixa."

Com efeito, nos filmes, reconstituindo partes das mais diversas épocas, vemos que os exércitos se movimentavam ao som de tambores, as tais "caixas de guerra", muitas vezes desde os acampamentos e dentro deles, até aos próprios campos de batalha. Também a retirada destes se fazia muitas vezes "a toque de caixa". A expressão ir ou sair "a toque de caixa", mesmo que não de forma muito apressada, tinha aqui, por isso, todo o sentido.

Por seu lado, na Idade Média, era costume escorraçar os inde-

sejáveis (ébrios, indolentes, arruaceiros ou ladrões e outros) ao som de tambores — ou seja, "a toque de caixa" — para fora das localidades, expulsando-os da comunidade. "A toque de caixa" dizia-se, portanto, da situação de alguém que era obrigado a desaparecer, a fugir, de forma rápida e por vezes violenta.

(Adaptado de: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-da-expressao-a-toque-de-caixa/20474>).

Esta era, pois, uma forma prática e sonora de o fazer, para dar conhecimento aos que aí residiam, de modo a que se sentissem mais tranquilos com a expulsão dos que podiam perturbar a sua vida ou as actividades que exerciam, e humilhar os que largavam dali, desincentivando-os a permanecer e a regressar.

Sendo uma época em que muito poucos sabiam ler e não havendo grandes hipóteses de

comunicar com todos os elementos da comunidade, tais procedimentos ajustavam-se bem aos fins em vista.

O procedimento estava longe de ficar por aí e os Portugueses transportaram-no para Além-Mar, tentando com ele suprir processos de comunicação e também pelo impacto psicológico que o aparato tinha sobre as populações locais (indígenas e outros).

Na documentação respeitante à correspondência do governador de Timor, nos meados do século XIX, encontrei notícia de que havia um titular do cargo, a viver há muito nas paragens do Oriente, que se servia frequentemente deste meio para fazer chegar aos habitantes de Díli, então uma vila, as suas deliberações imediatas, constantes num “Bando” ou Edital *.

Em vez de mandar afixar o escrito, este era entregue a alguém – o pregoeiro –, que em vários

momentos do percurso o lia, em voz alta e pausada, aos que eram atraídos pelo pequeno séquito, incluindo um tocador de tambor, percorrendo as principais ruas da capital. Ou seja: esta divulgação aparatosa “a toque de caixa”, além de impressionar, tinha o carácter de algo de brevidade que era necessário fazer ou respeitar e para que não fosse invocado desconhecimento.

Recordei-me então de como a expressão “a toque de caixa”, havia sido utilizada em processos tão diferentes, mas sempre associada a pressa, ao mando de alguém ou mesmo à força a que se recorria.

No entanto, reconheça-se que, entre nós, se recorria também a este procedimento para recolher dádivas, com vista a um fim meritório, o que implicava uma logística servida por um pequeno séquito de voluntários.

Ainda hoje se diz que alguém anda “a toque de caixa” quan-

do tem de fazer qualquer coisa depressa, com tempo limitado e, eventualmente, a mando de alguém, contra a sua própria vontade ou por envolvimento voluntário em alguma causa.

Por estas razões e sobretudo pelas muitas outras que se encontram associadas à expressão, parece que é normal não gostarmos de andar “a toque de caixa”. Mas, também por boas e más razões, passamos parte do nosso tempo a ser “tocados” pela vida ou por outros. E há por aí quem não se canse de usar o tambor, revelando grande resistência e vontade de o fazer, quando não alguma satisfação em marcar o ritmo aos outros. Alguns, se os aturarem, são diligentes e especialistas até em fazer rufos... Qualquer “pau” (pretexto) lhes serve...

Já deu para perceber que nunca gostei de andar “a toque de caixa”, a menos que seja eu a impor-me o próprio ritmo... Quanto a

rufos... Já foi tempo!...

Como não sirvo para pregoeiro, aqui vos deixo isto:

•A prática de utilização de “Bandos” tem sido objecto de estudos interessantes de vários especialistas. O termo “Bando”, na língua tétum tomou a forma de “Bandu” – Edital. Com o respectivo texto de aviso ou informação, pude encontrar vários, afixados em locais de interesse público no interior de Timor, quer respeitantes à preservação da floresta quer ao funcionamento dos mercados, por exemplo, com a mesma intenção com que antes eram divulgados “a toque de caixa”. A vantagem da permanência actual sobre o anterior ocasional é clara.

Nota: “Figuras e Factos” começou a parecer-me um título já demasiado usado e às vezes pouco ajustado.

A partir deste número, a minha participação é já feita sob a rubrica “Património e Cidadania”.



Vem aí o pregoeiro,
Ao ritmo do tambor.
O que anuncia ele agora?
- Nada de bom, senhor!

Rufa a caixa, pára o grupo,
Começa a proclamação.
Afinal, manda quem pode,
E não quer contestação!

- Vai rufar em outro lado,
Para as bandas da tua tia;
Se te sentes arrufado,
Refresca-te lá na pia.

Verás que logo te passa
E arrumarás o tambor;
Em vez de vociferares,
Distribui paz e amor!

Passagem de Ano ARCPA



Este ano, neste dia de S. Silvestre, a Associação Recreativa e Cultural de Pombal de Ansiões quis dar, uma vez mais, continuidade às celebrações do final do ano e início de um novo, que se deseja sempre melhor do que o ano que ora termina.

Noite de S. Silvestre!

Último dia do ano, um dia quente, bem semelhante a grande parte dos dias deste passado mês de Dezembro.

Do que me lembro, um Outono/Inverno sem paralelo e sem precedentes, no que diz respeito ao clima que se verificou, o que viria a contribuir positivamente para a criação das condições favoráveis ao sucesso desta iniciativa.

À partida, as apostas não eram favoráveis. Depois da enchente do ano passado, e um ou outro aspeto menos conseguido,

que procuraríamos minorar, fazer tão bem ou preferencialmente melhor, era um anseio que parecia difícil de alcançar.

Ainda assim, decidida e aprovada pela Direção, a vontade de realizar o evento, desde logo se colocaram duas questões, a resolver: a contratação urgente de um grupo musical e fundamental também, a definição do tipo de serviço que queríamos prestar, do qual dependia a escolha das pessoas que nos iriam ajudar na tarefa de confecção e preparação dos acepipes para a festa.

Decidido este aspeto, restava avançar na concretização destes passos.

Contactos feitos, contratos acertados, mãos à obra!

Lista de compras, decorações, a cargo da Dr^a Natália Pereira-(um muito obrigado!!!), contacto com o produtor do leitão, para a “ri-

finha”, a elaboração da dita “rifiinha”, preparação da lista de inscrições, contacto e elaboração do cartaz, confirmações, compras dos ingredientes, aquisição de mesas e toalhas, e depressa chegou o dia!

Ainda faltava muito para decidir, para resolver, para fazer, e poucos para isso, apesar da boa vontade e ajuda de “tutti quanti” (obrigado Bete, Isabéis, Luisinha, Teresa!!....)

DEPOIS, FOI QUE SE VIU.

Após alguns receios iniciais, a casa parecia que iria ficar com-postinha, o que veio a suceder!

Suplantados os piores receios e expectativas, acabámos por chegar a um número que roçava o ideal, como poderemos confirmar pelas fotos, que também nos dão uma perspetiva da decoração do salão, com mesas novas, toalhas novas, guardanapos

a rigor, velinhas e tudo o mais... representaram um compensador esforço para que tudo estivesse a contento dos nossos convivas e assentaram magnificamente na restante decoração.

Uma agradável surpresa!

Depois de sentados os convivas, e após alguma espera, para que todos estivessem na sala, outra surpresa, não alheia à novidade.

Desde logo, o facto de as mesas já estarem servidas com uns apetitosos aperitivos, que serviram para abrir o apetite para os petiscos que se seguiram, confeccionados pela cozinheira de serviço, a D^a Leonor, da Lavandeira.

Desta vez, ao contrário de anos transatos, tudo decorreu de forma tranquila, ordeira e eficaz. As pessoas dirigiram-se às mesas principais, onde estavam os pratos de “combate”. Mais uma



vez imperou a tranquilidade e a satisfação, pelo menos a avaliar pelas reações das pessoas envolvidas, que não se cansavam de elogiar a organização do evento, a qualidade (e quantidade!!!) dos pratos e dos petiscos, a decoração, os doces, sim, os doces!!!!, as frutas e os queijos, enfim, até o tempo ajudou, pois estava uma noite bastante cálida, quase di-
ríamos uma noite perfeitamente atípica para o dia em questão. Não temos memória de uma noite com um clima tão agradável, nesta época do ano.

Após o repasto, teve início o baile, abrilhantado por um duo proveniente de Vila Pouca de Aguiar, o Grupo DC, que fez as honras do evento, não se cansando de tocar e cantar algumas das músicas mais na moda, no momento, juntamente com algumas das mais clássicas, umas de

sua iniciativa, outras a pedido do público que, a princípio mais timidamente mas a pouco e pouco mais convicto e animado, foram rodopiando no salão da Associação, contribuindo para um clima cada vez mais quente e mais festivo.

Enquanto uns dançavam, outros continuavam a visitar as mesas dos petiscos, dos doces e dos queijos, e aproveitavam para colocar a conversa em dia, com amigos e familiares.

Chegou a meia noite e como não podia deixar de ser, as tradicionais 12 passas, o espumante e o bolo rei, acompanhado a preceito pelos acordes musicais a chamarem para a comemoração da passagem do ano velho, para o ANO NOVO de 2016.

Houve ainda tempo para, cumprimentar amigos, familiares, companheiros de festividade,

comungando deste sentimento do desejo sincero de um NOVO ANO, à medida de todos os nossos anseios.

Seguiu-se um momento que já faz parte do imaginário dos anos mais recentes, o fugaz mas intenso, fogo de artifício, que quase provoca alguns torcicolos na assistência, a olhar embevecida, o rebentar dos foguetes coloridos que iluminam a noite, antes escura como breu.

De regresso ao salão, a Valsa da Meia Noite, tocada e dançada a preceito e a continuação do baile e da festa.

Ao cair da madrugada, um sempre aguardado momento de boa disposição, proporcionado pela nossa padeira Sandra, que bem ambicionava repetir o resultado do ano passado.

Não!!!, desta vez não!!!, o “re-
quinho” não voou para a Beira

Grande mas sim para a Lavan-
deira, que também investiu na sua sorte.

Também não foi mal. Os nossos parabéns à Cátia Sofia, com o seu bilhete premiado e o nosso obrigado ao João Paulo, pela oferta do rosadinho “Tô”.

Já a madrugada ia longe e já alguns tinham baixado a guarda a “MORFEU”, mas ainda continuaram muitos resistentes a dançar e a cantar, com alegria reforçada pelos vapores “báquicos”.

Mas, com o que é bom também acaba, assim aconteceu com o nosso convívio e por volta das 6 da manhã, também este terminou, com o desejo que para o ano se repita, pelo menos com a qualidade deste que agora terminava.

Só nos resta desejar a todos um bom ano de 2016, repleto de sucessos pessoais, profissionais e associativos.



Grupo de Dança de Carrazeda de Ansiães

Atuação em Santa Maria da Feira

Patrícia Pinto

Dia 10 de janeiro, o auditório do EuroParque – Centro de Congressos, em Santa Maria da Feira, encheu-se para o espetáculo de Dança intitulado “A Volta ao Mundo” da responsabilidade da Academia de Dança Pedro Sousa.

Numa viagem de sonho, a vi-

sita fez-se a todos os continentes tendo os alunos de dança de Carrazeda de Ansiães interpretado a visita à Áustria (turma das Danças de Salão – Iniciados), à Síria (Turma de MTV Dance Adultos), a Nova Iorque (Turma de MTV Dance Kids) e à Argen-

tina (Turma das Danças de Salão – Intermédios).

A Professora destas turmas, Conceição Aleixo, salientou no final que Carrazeda de Ansiães realizou uma grande performance junto de todos os outros alunos da Academia que fizeram da

tarde de domingo, uma tarde recheada de talentos.

Na viagem de regresso a casa, o sentimento foi de missão cumprida com a certeza de que o município teve uma representação digna de uma grande salva de palmas.





South Africa - Nelspruit

Um domingo passado no Kruger Park

Flora Teixeira



Partimos de Nelspruit às 5h da manhã, em direção ao Kruger Park, a 55 Km de distância.

Mas às 6h05 já estávamos à entrada do Park. Depois de tratarmos das formalidades da entrada, eis-nos a rodar nas pistas do Park que mede 19.485 Km², 350 Km de norte a sul e 65km de este a oeste.

Durante, aproximadamente 11h rodámos à volta de 400 Km. A velocidade permitida pelo Park é de 50 Km/h no alcatrão e 30 km/h nas picadas.

Andando, observando e contemplando magníficas paisagens

com árvores frondosas, exóticas, muitas delas seculares oferecendo o habitat ideal a todas as espécies que nele habitam.

A todo o momento, ficamos surpreendidos com essas mesmas espécies. Logo à entrada, vimos um grupo de búfalos.

São maiores que os nossos bois domésticos. Eram mais de uma dúzia e apareceram mais grupos. À medida que íamos passeando apareceram mais de 300.

Pelo meio vimos zebras, girafas, rinocerontes e muitos mas mesmo muitos elefantes, gigantes e recém nascidos que acompanhavam

a mãe elefante Dizem aqui que numa visita ao PARK, quem conseguir ver animais pertencentes ao grupo dos BIG FIVES, (OS 5 GRANDES), BÚFALO, ELEFANTE, RINOCERONTE, LEOPARDO e LEÃO, já está num dia de sorte!

Foi o que nos aconteceu! Só não vimos LEOPARDO e LEÃO. Mas, em dias de muita sorte, é possível ver os 5. Desta vez, não apareceram para nós. Mesmo assim, foi muito bom. Em contrapartida, vimos imensa caça de outra espécie: Kudus, Inghalis, Impalas, Javalis, etc, etc...

Sempre andando, só curtas paragens para “matabichar”, em Piquenique spot (LUGAR COMPLETO) incluindo cafeteira elétrica para fazer chá, parámos também para almoço num lugar com mesas e cadeiras, à beira de um lago, onde os animais vão beber. Ainda parámos por momentos nos miradouros à beira de lagoa e dum rio para ver e apreciar Hipopótamos e Crocodilos e algumas aves exóticas, canoras e não só. Foi um dia diferente e bem passado.

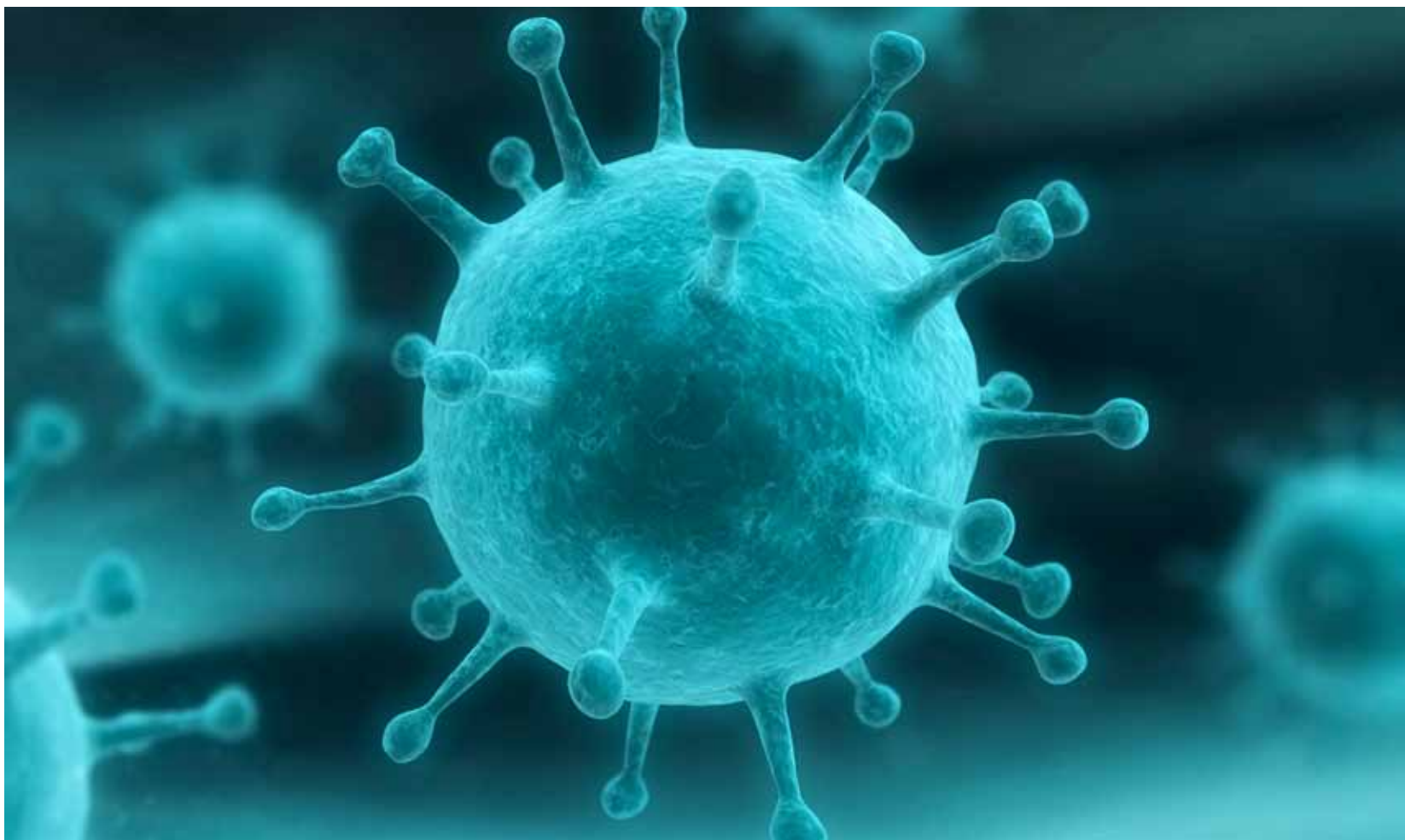
Dedico esta crónica aos nossos leitores, especialmente aos amantes da flora e fauna africanas.



Saúde, o bem maior!

A Gripe

Adriana Azevedo Teixeira



A gripe é uma doença muito contagiosa resultante da infeção provocada pelo vírus INFLUENZA de que há vários tipos A, B e C.

A infeção por estes vírus afeta as vias aéreas superiores, nariz, seios nasais, garganta e ainda os pulmões. Acompanha-se de dores musculares, febre alta, cansaço e mal estar geral. Aparece geralmente entre Novembro e Março no hemisfério Norte.

Há um vírus influenza para cada espécie- humanos, aves, suínos, cães. O vírus de uma espécie pode sofrer modificações (mutações) que o torna capaz de infectar outras espécies. As diferentes estirpes têm características e virulência diferentes (ver quadro 1).

O vírus influenza estirpe A, a mais virulenta ainda se divide em vários subtipos de acordo com as variabilidade das proteínas de

superfície hemaglutinina (H) e neuraminidase (N) -gripe suína- H1N1; Gripe das aves- H5N1.

O vírus Influenza estirpe B, o mais frequente na infeção de humanos é um vírus muito mais estável porque sofre menos mutações cerca de 3 vezes menos que a estirpe A. Este facto faz com que seja mais fácil adquirir imunidade contra esta estirpe B.

A estirpe C, infeta cães, suínos e Humanos. Nas pessoas causa sobretudo infeções respiratórias nas crianças pequenas.

A gripe diferencia-se da constipação ou resfriado porque esta é provocada por outros tipos de vírus além de que tem uma sintomatologia mais leve, limitada às vias aéreas superiores, (geralmente nariz, garganta, e por vezes seios nasais). A constipação pode ser causada por cerca de duas centenas de vírus diferentes,

principalmente rinovírus, mas também coronavírus, vírus para-influenza e outros. Interessante é o facto de que embora a caracterização dos agentes causais (identificação dos vírus) destas infeções das vias aéreas superiores só tenha ocorrido na década de 1950, a sua sintomatologia e tentativas de tratamento, já vêm descritas no Papiro de Ebers, o texto clínico escrito mais antigo conhecido no mundo, datado do Séc. XVI, a.c.!

Em comum a gripe e a constipação, têm o ambas serem infeções virais das vias aéreas superiores, altamente contagiosas, os vírus serem transmitidos pelo ar às membranas das mucosas do nariz, boca e ouvidos.

As principais diferenças estão na maior severidade dos sintomas na gripe, onde além dos sintomas locais de tosse e congestão

nasal, há também sintomas gerais, como febre alta nos primeiros dias, acompanha-se de dores de cabeça, dores musculares e articulares generalizadas, sensação de mal estar geral e cansaço. (quadro 2)

Enquanto a constipação não tem complicações graves, a gripe pode facilitar o aparecimento de broncopneumonias e pneumonias, algumas com desfecho fatal. Estas complicações surgem sobretudo nas populações mais frágeis, pessoas com doenças crónicas respiratórias, cardíacas, doenças autoimunes descompensadas, em doentes diabéticos, transplantados, ou pessoas de idade avançada.

Os surtos de gripe têm um início súbito e intensidade variável, todos os anos aparecem em diferentes comunidades.

Quando por mutação aparece



Sintomas	Gripe	Constipação
Febre	+++ (alta)	Rara
Dores de cabeça	+++	+
Dores musculares, articulares	+++	Não
Cansaço, mau estar geral	+++	Não
Nariz entupido	+	+++
Desconforto Torácico	++	Não
Complicações	Frequentes nos grupos de risco	Não

Estirpe	Influenza A	Influenza B	Influenza C
Mais perigosa	V		
Menos perigosa			V
Mais comum		V	
Menos comum			V
Provoca pandemias	V		
Capaz de mutações + agressivas	V		
+ comum nas crianças			V

um vírus muito diferente, não há imunidade nas pessoas, a propagação entre as comunidades é muito mais rápida, podendo a levar a uma extensão mundial, chamada PANDEMIA. Acontece com um intervalo entre 10 e 30 anos. A mais grave nos últimos séculos foi em 1918, provocou a morte de mais de 20 milhões de pessoas.

Prevenção: A principal prevenção é a vacinação, deve ser feita anualmente a partir do mês de Setembro em todos os grupos de risco- pessoas com mais de 65 anos, doentes portadores de doenças crónicas ou profissões de maior contágio, como por exemplo os profissionais de saúde. A composição da vacina também varia de ano para ano. A vacina do ano seguinte tenta incorporar as variantes antigénicas da epidemia do ano anterior.

A vacina nunca pode provocar a gripe, dado não se tratar de vacina de vírus vivo. Importante é informar o médico das alergias de que se sofre, para este avaliar se se pode ou não tomar a vacina. Não podem por exemplo serem vacinadas as pessoas com alergias graves aos componentes do ovo, porque o ovo é usado como meio de cultura para a feitura da vacina.

Maneiras de evitar o contágio, passam por evitar, locais com muita gente e pouco arejados, lavar muitas vezes as mãos, sempre que se chega a casa vindo de transportes públicos ou de locais com muita gente (cinemas, centros comerciais, etc.). Lavar o nariz com água do mar, ou água com sal de manhã e à noite, tentar evitar as grandes diferenças de temperatura. Comer fruta e legumes como fonte de vitami-

nas e não esquecer os chazinhos com ou sem mel, de canela, gengibre, limão, alecrim, cravinho da Índia, tomilho, escolha a gosto. Embora não esteja provada de forma científica a sua eficácia dão conforto, hidratam o corpo e ajudam a suportar os sintomas tão desagradáveis da gripe.

A Direção Geral de Saúde (DGS), considera que a epidemia de gripe 2015\2016 começou na semana de 28 de dez. | 3 de Janeiro. O vírus predominante é o vírus estirpe A, o mais virulento. As condições atmosféricas destas últimas semanas com muita humidade e pouco frio facilitam menos a disseminação do vírus do que o tempo seco e frio. O frio danifica as mucosas das vias aéreas superiores facilitando a entrada do vírus nas mucosas.

A DGS monitoriza desde 1990 anos as epidemias de gripe em

Portugal. A parte clínica é registada através da rede de médicos de família "sentinela" escolhidos de forma a cobrir todo o país, que relatam os casos encontrados nos serviços de saúde locais semanalmente. A confirmação e identificação da estirpe viral em causa é feita no Laboratório Nacional de referência para o Vírus da Gripe e Outros Vírus Respiratórios, em Lisboa.

Perante o aparecimento de alguns sintomas pode-se e deve-se recorrer à LINHA SAÚDE 24, um serviço público gratuito que orienta o doente, e equaciona ou não a necessidade de recorrer ao Serviço Nacional de Saúde.

A gripe como doença aguda e muito sintomática é responsável por muito abstencionismo ao trabalho e escolas, nesse sentido tem repercussão não desprezível na economia do país.



Cousas da nossa memória...

... guardadas no baú

Manuel Barreiras Pinto



Quando arrumava uns papeis, apareceu uma folha do JN – Jornal de Notícias do dia 9 de Fevereiro de 2005, com uma notícia do Eduardo Pinto, respeitante a Carrazeda de Ansiães, cujo título me deixou profundamente emocionado, que diz o seguinte: - “CARRAZEDA DE ANSIÃES TEM FÉ EM S. LOURENÇO” cito “Recuperação das velhas termas é uma das apostas para o desenvolvimento”. Depois de muitos anos à espera, a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães conseguiu, finalmente, o contrato de exploração das Caldas de São Lourenço. Essa licença significa que foram reconhecidas as qualidades minero-medicinais das águas sulfúreas que ali brotam. São aproveitáveis e recomendáveis, diz o autarca Eugénio de Castro. “Águas sulfúreas fluoretadas e “milagrosas”. O caudal da água que brota em S. Lourenço é de cinco mil litros por hora. Provém de um aquífero com circulação profunda, a uma temperatura que ronda 31 graus na nascente e cerca de 34 graus nos dois furos feitos recentemente. Foram classificadas como águas sulfúreas fluoretadas mesotermiais típicas, apresentando

ph alcalino. Depois de aturados estudos medico-hidrológicos, os especialistas chegaram à conclusão que as águas são recomendadas para o tratamento de doenças relacionadas com: sistema muscular, aparelho cardíaco-vascular, sistema ósteo-articular, aparelho respiratório, aparelho urinário, aparelho digestivo, sistema nervoso, fígado, pele e imunidade. E contribuí, ainda, para a regulação dos metabolismos proteico, lípido e glucídico. Águas quase “milagrosas” Apesar de tudo, o edil pretende avançar imediatamente com o desenvolvimento dos projetos agendados para o S. Lourenço. “A burocracia é grande, pelo que uma obra no terreno, mesmo depois de lançada, demora sempre seis ou sete meses”.... Será aberta uma nova rua e instaladas condutas de «água e saneamento básico.” Se calhar, a recuperação do S. Lourenço é a única obra para a qual temos dinheiro, disponível neste momento” realça o autarca. Fim de citação.

Ainda na página do Jornal de Notícias a que temos vinda a fazer referência, com o subtítulo Viver melhor – na Secção Património e Natureza “Recuperar. A

Câmara vai propor aos proprietários a recuperação das casas de S. Lourenço, sob pena de ser a própria autarquia a intervir, numa etapa posterior. Admite-se que algumas tenham de ser demolidas”.

Na verdade só o tempo se tem encarregado de demolir o que resta do velho casarão que foi em tempos “Hotel” e outras construções, abandonadas.

Na Segunda-feira, dia 9 de Fevereiro do corrente ano, faz precisamente 11 – onze anos, que saiu num dos maiores jornais diários que se publicam a norte do país, esta notícia com todos os pormenores de um ato consumado.

Passados onze anos, a freguesia do Pombal, os habitantes do concelho de Carrazeda continuam sem saber quando e se algum dia vão usufruir de condições dignas do aproveitamento da riqueza que a Natureza oferece, as águas termais do S. Lourenço.

No decorrer do tempo, já mudou o autarca, já esgotou também ele a promessa do que ia fazer no S. Lourenço e que conseguiu ser eleito na freguesia. As pessoas ainda acreditam nos políticos e ingenuamente contribuem para a ambição do poder que não mere-

cem. Dizem fontes bem informadas de que: - O projeto da construção de um novo balneário está pronto e o mesmo contempla quartos para os utentes, bem como outras infraestruturas dignas de um santo. Vai alterar a paisagem? Vai. Pois a construção da Barragem de Foz-Tua é uma realidade, um crime de lesa pátria, onde os ambientalistas, foram derrotados e a centenária linha do Tua morreu. Algum dia a EDP compensa os habitantes do concelho, pela realização desta obra?! Talvez, obrigando-os a pagar um pouco mais no consumo da energia elétrica. Ou então oferecer um lugar de diretor no quadro do Parque do Vale do Tua, ao edil de Carrazeda, como já fez com outros autarcas de concelhos vizinhos.

A política tem muita força e alguns querendo erguer a voz contra este estado de coisas, nada conseguem, pois a paciência dita os seus limites.

Neste novo ano de 2016 que agora se inicia, amigos leitores, sorriam e como dizia o enorme humorista Raul Solnado, façam por serem felizes.



O Presidente

Fernando Gouveia

Já não há noites eleitorais como as do século passado, que se prolongavam por intensas madrugadas de debates, de comentários, de subidas e descidas, de informações avulsas recolhidas pelos círculos eleitorais. A informática reduziu a gestão de expectativas e ansiedades a uma ligeira antecipação ou prolongamento do telejornal das oito, de modo que, duas horas depois do encerramento das urnas, a missa está dita e o veredicto formado.

Acabamos, desta forma, por saber o que as indicações das sondagens antecipavam: temos presidente eleito à primeira volta, terminando uma campanha que todos dizem ter sido apagada. Marcelo Rebelo de Sousa acabou por confirmar um fenómeno dos tempos modernos, a saber, o do poder dos meios de comunicação social, com predominância ainda da televisão, para conformar a opinião mediana, as aspirações, as frustrações, em suma, o comportamento normalizado da maioria da população.

Houve, porém, alguma coisa nesta eleição que a distingue das antecedentes eleições presidenciais e que pode indiciar um desvio do anterior padrão: a distância que a maioria dos candidatos evidenciou em relação aos partidos e até um certo afastamento em relação ao exercício do poder. Com efeito, se excluirmos a candidatura de Edgar Silva, assumidamente afirmada como uma intervenção do PCP, e a de Marisa Matias, dinamizada pelo movimento social formado à volta do Bloco de Esquerda - bloco em que a ideia de partido ainda não parece bem consolidada e que, por isso, concita a adesão de partes do eleitorado avesso a disciplinas partidárias - os candidatos pressentidos como mais fortes eram independentes, quer

na iniciativa da candidatura, quer na condução da campanha, quer na demarcação do seu programa. Mesmo com apoios partidários discretos ou expressos, os candidatos apresentaram-se ao país por conta própria, com discursos mais ou menos institucionalizados nuns casos, mais ou menos populistas noutros. Por isso, no encerrar das contas, os discursos foram moderado, respeitosos e muito substanciais, o que só dignifica a política e demonstra que, também fora dos partidos, há ideias e valores, há mérito e capacidade, há cidadania disponível e empenhada.

A comunicação social, sempre ávida de colonizar as audiências, não teve o cuidado de dar a expressão devida a todos os resultados, como se a eleição se limitasse a uma lotaria em que apenas os bilhetes premiados contam. Seria interessante ouvir os candidatos da segunda parte da lista ordenada, aqueles que se apresentaram como espontâneos, sem apoios e sem ligações, e tentar analisar as votações - em certos casos significativas, como a de Paulo Morais ou de Vitorino Silva - e o que representam.

Também seria necessário analisar a persistente metade do eleitorado que se recusa a votar, não podendo uma comunidade nacional viver com uma metade ausente. E, neste caso, não se pode falar de uma tácita delegação da competência de voto: os abstencionistas não são apenas pessoas pouco informadas, comodistas, egoístas ou anarquistas, mas antes uma grande massa de desiludidos da política, marginalizados por políticas desastrosas, revoltados contra os abusos das elites e os conluios dos políticos com os interesses que têm parasitado o Estado.

Marcelo Rebelo de Sousa, o

presidente eleito, fez um discurso à altura das expectativas: respeitoso em relação aos concorrentes (não há vencidos nesta eleição), assertivo em relação aos equilíbrios dos poderes instituídos, acertado na designação dos princípios orientadores do seu futuro mandato: a imparcialidade, a unidade da Nação, a linha orientadora da ação do Estado, a necessidade da promoção da coesão social e de evitar a exclusão de cidadãos, o necessário combate à corrupção, a necessária vinculação do desenvolvimento económico ao progresso social. Foi um discurso notável, a subcrever um compromisso exigente e a marcar o caminho de um exercício que será difícil mas irrenunciável.

Sampaio da Nóvoa, por seu turno, fez uma declaração brilhante, sem ressentimentos, a exaltar o exercício democrático e a aplanar as paixões de campanha para passar à necessidade da ação comum em benefício dos cidadãos. Cumpriu o importante papel de valorizar a eleição, trazendo à ribalta uma ideia mais ampla de cidadania e de política e um otimismo que faz falta ao país, depressivo mas ansioso de futuro.

Os dois discursos estão a uma altura incomensurável do que foi o discurso da última vitória de Cavaco: nesta, como assinala na altura própria em crónica aqui publicada, predominou o revanchismo e o divisionismo; Hoje, predominou o consenso, o respeito e a magnanimidade. Alguma coisa se ganhou: a competência supera a visão estreita, uma conceção do mundo alargada supera a estreiteza de quem via números no lugar dos cidadãos.

Assinalável também a honrosa votação de Marisa Matias, a refletir uma excelente campanha de proximidade, de sinceridade, de

honestidade, e a concitar a adesão de um eleitorado novo, mais exigente no exercício da política.

Finalmente, a grande desilusão eleitoral, a de Maria Belém Roseira. Não se entendeu muito bem o propósito da candidatura e muito menos se entende o seu apagamento progressivo ao longo da campanha. Se, como entendo, a candidatura procurou acomodar alguns barões da estrutura do partido que engoliram penosamente as opções de António Costa ao formar governo e os necessários acordos à esquerda, esses barões não apareceram na campanha. Por outro lado, à medida que a dissecação dos candidatos apareceu em público, algumas fragilidades éticas desvalorizaram-na perante o eleitorado: os serviços a interesses privados em simultâneo com o exercício de um mandato, mesmo admitidos por uma lei que protege o seralho da política, são muito mal vistos pelos cidadãos; o recurso ao Tribunal Constitucional e a veemente reivindicação de um direito a subvenções vitalícias apareceram como o espelho de uma forma de comportamento elitista, intolerável num momento de especial sacrifício imposto aos cidadãos.

Feitas as contas, parece haver algumas razões de esperança. As eleições presidenciais não abriram novas feridas, antes contribuíram para sarar as existentes. O eleitorado continua a mover-se e os velhos métodos devem progressivamente dar lugar à dignificação da representação política. Resta, o que não é tarefa menor, demonstrá-lo à metade teimosamente ausente.

Luxemburgo, 24 de janeiro de 2016



A Casa de milhares de viticultores do Douro

José Mesquita



O Estado Novo aplica o corporativismo ao Douro e ao vinho do Porto com a criação da Casa do Douro em 1932, do Instituto do Vinho do Porto e do Grémio dos Exportadores. Depois do Marquês de Pombal, O Estado volta a assumir um papel preponderante na gestão do sector. Nos anos seguintes, foram-lhe atribuídos poderes para elaborar a atualização do cadastro, distribuir o benefício, fornecer aguardente aos produtores, fiscalizar o vinho na região demarcada e conceder as guias para os vinhos serem transportados para o Entrepósito de Gaia conforme decreto de 30 de Abril de 1940. O Instituto do Vinho do Porto passou a controlar a qualidade e a promoção externa. A paz forçada do sector suplantou o longo período de penúria dos anos 40 e 50. Depois de 1965, a procura externa começa a aumentar, o que permitiu algum desafogo e a opção pelo cultivo da vinha foi generalizada a dezenas de milhares de produtores.

Com o 25 de abril de 1974, o modelo corporativo foi extinto. A Casa Do Douro de inscrição obrigatória chegou a representar 40 mil viticultores. Muita da

população a viver no Douro era proprietária de pequenas explorações e a instituição foi o guarda-chuva dos seus rendimentos enquanto associados nesta forte estrutura.

Os problemas importantes iniciaram-se em 1990 com a compra das ações da Real Companhia Velha (RCV). O objetivo era para além do papel de regulação e de representação dos pequenos e médios vitivinicultores, intervir no mercado do comércio e exportação. “O negócio” foi “encorajado” e “abençoado” pelo então primeiro-ministro Cavaco Silva. A Casa do Douro nunca conseguiu fazer valer os seus direitos enquanto acionista, comprou uma “guerra” com os comerciantes que a acusaram de ingerência no outro lado do negócio e marcou o início do descalabro financeiro da instituição que chegou a ter orçamentos superiores a 150 milhões de euros e foi mais poderosa do que muitos ministérios.

Em 1995, a região do Douro viu alterado o seu quadro institucional. Passou a estar dotada de um organismo interprofissional, - a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro

(CIRDD), no qual tinham assento, em situação de absoluta paridade, os representantes da lavoureira e do comércio, com o objetivo comum de disciplinar e controlar a produção e comercialização dos vinhos da região com direito a denominação de origem.

Este modelo sofreu nova alteração com a substituição, em 2003, da CIRDD por um Conselho Interprofissional integrado no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP). Em termos formais, o IVDP faz a supervisão da viticultura duriense cabendo-lhe a certificação dos vinhos da Região Demarcada e a disciplina do sector na função fiscalizadora e sancionatória bem como, as responsabilidades de gestão e coordenação da vitivinicultura duriense.

Para suspender uma penhora sobre a Casa do Douro e os seus armazéns, colocou-se à venda, em 2004, um milhão de garrafas de vinho do Porto das colheitas de 1963 e 1964, permitindo um encaixe financeiro de 35 milhões de euros. Cada garrafa custava 40 euros (1963) e 35 euros (1964) e apenas os cidadãos naturais da Região Demarcada do Douro e

seus residentes podiam comprar esse vinho. Ao todo, o produto em venda representou 3% dos stocks de vinho do Porto da Casa.

Em 2008, o IVDP denunciou o protocolo que existia para a gestão e fornecimento de dados do cadastro e o Ministério da Agricultura mandou executar judicialmente os créditos que alguns organismos estatais tinham sobre a organização, dando um sinal claro que pretendia deixar de contar com a instituição. Neste mesmo ano foi vendida mais de metade da participação que detinha na RCV à Global Wines. Depois de perder o controlo sobre a aguardente, a certificação e fiscalização dos vinhos do Douro e Porto, só restava o cadastro, cujo valor era incalculável, uma vez que acumulava informações relativas a mais de setenta anos de atividade.

O ministro das finanças, Vítor Gaspar, face às dívidas aconselhava a instituição a fechar portas. A Casa do Douro pública foi extinta em dezembro de 2014. Posteriormente, foi aberto um procedimento concursal para a sucessão da Casa do Douro ainda não completamente resolvido.

Mais de dois milhões de euros pelas Águas abaixo em Carrazeda de Ansiães



Câmara tem de compensar a empresa privada que gere a água e o saneamento no concelho pela revogação da concessão

A Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães autorizou a Câmara a pedir um empréstimo bancário de dois milhões de euros, a pagar em 20 anos, para indemnizar a empresa privada Águas de Carrazeda pelo fim antecipado da concessão.

Ambas chegaram a acordo para revogar o contrato celebrado em 2001 e que devia vigorar até 2031. Em causa está um negócio que a autarquia considera “ruinoso” porque a concessão funciona com infraestruturas e 14 funcionários da Câmara (são 19 no total) e esta ainda tem de cobrir os desequilíbrios.

Mas a concessionária também tem queixas. Invoca uma perda de receita de mais de dois milhões de euros, por causa da oposição da Câmara ao aumento das tarifas de água e saneamento logo no início da concessão.

O autarca, José Luís Correia, está convencido que o acordo agora alcançado é o caminho que melhor serve os interesses do concelho, segundo estudos feitos por empresas credenciadas nas áreas jurídica e financeira:

No início das negociações, a Águas de Carrazeda reclamou quase 2,4 milhões de euros para abandonar a concessão, mas a câmara só vai pagar pouco mais de 1,8 mi-

lhões de euros, valor a que pode acrescer IVA.

José Luís Correia justifica a descida do preço com uma visão diferente dos novos acionistas da empresa:

Confirmado o acordo, a solução imediata pode passar por a Câmara internalizar novamente os serviços, fazer uma concessão do fornecimento de água em alta, ou fazer a concessão em alta e em baixa.

Quanto às reações dos deputados municipais, o independente Gilberto Ferraz diz que saiu “envergonhado” da reunião da Assembleia Municipal de Carrazeda:

Uma preocupação partilhada pela socialista Otilia Lage e pelo social-democrata Tito Reis, que ainda fizeram notar que é preciso acautelar o futuro dos funcionários que estão na empresa e saber que custos esta solução representará para os munícipes:

Otilia Lage diz-se também preocupada por não ter sido encontrada uma solução mais cedo e por não saber o que se vai passar a partir de agora.

Tito Reis diz estar expectante em relação ao que o futuro reserva ao concelho em matéria de fornecimento de água, serviço que, admite, nunca funcionou bem em Carrazeda:

A concessão de Carrazeda de Ansiães foi uma das 27 Parcerias Público Privadas (PPP) no setor das águas que o Tribunal de

Contas apontou, numa auditoria realizada em 2012, como uma das “situações mais problemáticas” do país.

Peça: CIR (Ansiães) Eduardo Pinto



Mário Seixas

Nasceu a 21/11/1960

Faleceu a 25/01/2016

Faleceu

O Sr. Mário Seixas, de 55 anos de idade.

A família vem por este meio agradecer a todas as pessoas amigas que o acompanharam à sua última morada ou que de qualquer modo lhes testemunharam o seu pesar.

Paz à sua alma.

A Direcção da ARCPA envia os mais sentidos pêsames à família enlutada.



Artes de outros tempos

Fátima Santos



Ao usarmos a palavra artes referimo-nos aos ofícios, que outrora foram o ganha-pão de uns, e uma mais-valia para outros. São artes no nosso entender porque os objetos realizados são trabalhados com todo o cuidado e dedicação como se de verdadeiras obras de arte se tratassem, por exemplo um canasteiro, na sua habilidade e jeito construía um canastro num abrir e fechar de olhos com as suas mãos calejadas do ofício mas também de outros afazeres. Onde hoje em dia podemos encontrar esse objeto, que servia para armazenar os mais variados produtos?!

Podemos ver ainda alguma cestaria, arte que a comunidade cigana ainda vai mantendo como uma pequena parte do seu rendimento. Mas canasteiros, já não existem, ou estão reduzidos a um ou dois artesãos, por um lado a evolução dos tempos e a introdução de outros materiais

para armazenar as batatas, os legumes, entre outros produtos agrícolas levou a que esta arte se fosse perdendo no tempo.

Outra arte e esta no sentido lato da palavra, que já faz parte da memória de alguns é a de santeiro, trabalho em madeira feito pelos mais habilidosos na arte de esculpir. Um trabalho de cariz popular, onde o gosto e as encomendas ditavam a imagem religiosa que se iria revelar, a partir de um pedaço de madeira esculpido com uma navalha e outros utensílios rudimentares. O processo seria mais ou menos moroso consoante o tamanho da imagem, e o pormenor e detalhe com que o artesão ou o encomendante pretendiam, seria nessa fase que o trabalho poderia estar quase concluído ou então por vontade de alterar algo, se voltaria a fazer de outra maneira e assim uma obra demorar mais tempo do que o pre-

tendido. Já não tivemos o prazer de conhecer alguém a trabalhar nesta arte, mas certamente alguns de vós vos lembrareis.

O ofício de sapateiro, outro que caiu em desuso, apesar de ainda existirem alguns a exercer o ofício tal como aprenderam em jovens, com o pai ou o avô. As suas oficinas localizavam-se em sítios emblemáticos, um pequeno espaço onde algumas vezes os sapatos estavam por toda a parte, quase até ao teto. Ali se coziam as botas, engraxavam-se os sapatos e se faziam outros arranjos, saíam de lá os sapatos quase como novos.

Recordamo-nos ainda da arte da tecelagem, qual era a aldeia que não tinha um rebanho de ovelhas e se aproveitava a lã, principalmente para as mantas, tapetes e até para o vestuário. Chegavam a ser várias as casas que tinham um tear, onde as senhoras se dedicavam cuidado-

samente a este trabalho moroso. Pois, era necessário lavar a lã, secá-la, desfia-la, e depois com a roca e fuso fazia-se o fio para tecer o que se pretendesse, um trabalho demorado portanto.

Hoje, estas artes e ofícios fazem parte da memória de muitos, principalmente dos mais idosos, os mais jovens já não conhecem a não ser pelo que ouvem contar e pelo que podem ver em alguns núcleos museológicos da memória. É nestes espaços que a recordação e a lembrança ficarão para prevalecer nas gerações futuras, quer a partir de registo fotográfico, escrito, gravado, e a partir dos utensílios que ainda existem.

Assim pretendemos também nós, recordar as artes de outros tempos, umas que ainda conhecemos e outras que apenas conhecemos por terceiros.



Crónicas de uma pombalense

A propósito da conservação dos burros

Hermínia Almeida



Há pouco tempo, por mero acaso, em contexto profissional, tomei conhecimento da existência da Associação Burricadas, em Mafra, nos arredores de Lisboa. Achei-a tão interessante que passo a divulgá-la.

A Burricadas é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2007, com o objetivo de divulgar e preservar o burro em Portugal, cujas receitas provêm de donativos e da realização das atividades e eventos que promove.

No âmbito desta associação foi criado o Abrigo do Jumento para acolher burros velhos, abandonados e/ou maltratados, funcionando como um refúgio para estes animais onde recebem os cuidados necessários para recuperarem o seu bem-estar.

Uma das atividades da Burricadas é a organização de passeios de burro, em locais de interesse natural, cultural e paisagístico da bonita região de Mafra, nos

quais as crianças podem montar os animais e em que os participantes são sempre acompanhados por um guia que vai dando informações sobre os locais por onde passam durante o passeio. Outra das atividades que a associação promove é a participação dos animais do Abrigo do Jumento em casamentos, recriações históricas, filmagens, festas de aniversários e outros eventos afins, desde que esteja assegurada a correta utilização do animal e a divulgação e preservação da espécie.

Para a angariação de fundos com vista ao tratamento dos burros que habitam o Abrigo do Jumento, a associação tem o Programa de Apadrinhamentos, que permite a qualquer pessoa, que queira ajudar esta causa, apadrinhar, de forma simbólica, um ou mais burros, contribuindo com 25 € anuais. Estas ações permitem mais facilmente

colmatar as despesas com cuidados veterinários, alimentação e até com os resgates de animais abandonados. O apadrinhamento inclui um certificado com a fotografia do burro apadrinhado, o respetivo historial e a possibilidade de vir a conhecer pessoalmente o animal.

A associação Burricadas promove visitas às instalações do Abrigo do Jumento para dar a conhecer o seu projeto. Estas visitas incluem a explicação sobre a temática do burro na região de Mafra e em Portugal, sensibilizando os visitantes para os casos de maus tratos e para a preservação desta espécie em vias de extinção. Os visitantes podem conhecer o espaço e os animais que nele estão instalados, adquirir produtos de artesanato local (nomeadamente artigos alusivos ao burro) e até apadrinhar um burro. No caso de visitas escolares, as crianças poderão, ainda,

ter um contacto mais direto com os burros, participando nas tarefas de alimentação e higiene dos animais.

A propósito dos burros, recordo que se trata de um animal que está ligado ao Homem desde tempos muito remotos. Os registos mais antigos da sua domesticação situam-se no Antigo Egito. Em Portugal, dadas as características do mundo rural, com pequenas propriedades e uma baixa produtividade agrícola, este animal tornou-se, noutros tempos, muito importante, sobretudo como animal de carga e de transporte. Com a crescente mecanização agrícola e o desenvolvimento de outros meios de transporte, o burro foi perdendo importância e utilidade, havendo regiões do país onde, atualmente, está mesmo em vias de desaparecer. É caso para dizer que já não há burros como antigamente!

PCP quer anular decreto que abriu concurso para gestão privada da Casa do Douro



O PCP quer alterar o decreto-lei que levou à realização do concurso para a gestão privada da Casa do Douro (CD), na Régua, ganho pela Federação Renovação do Douro, anunciou hoje o grupo parlamentar do partido.

O projeto-lei que visa alterar o decreto-lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, foi entregue pelo Partido Comunista Português na Assembleia da República e a sua votação ainda não está agendada.

Criada em 1932, a CD possui uma dívida ao Estado na ordem dos 160 milhões de euros. Para resolver o problema da organização, o Governo PSD/CDS-PP preparou um plano com uma alteração legislativa que transformou o estatuto de direito público e inscrição obrigatória em associação de direito privado e de inscrição voluntária.

A CD pública foi extinta em dezembro de 2014 e, posteriormente, foi aberto um procedimento concursal para a sucessão da Casa do Douro, que foi ganho pela associação privada Federação Renovação do Douro (FRD).

Agora, com esta iniciativa parlamentar, os deputados comunistas querem revogar

o n.º 5 do artigo n.º 2 do decreto-lei, que refere precisamente que, se a então CD não apresentasse uma associação para suceder à instituição até 31 de dezembro de 2014, seria aberto um procedimento concursal.

Em consequência, o PCP quer revogar também a legislação, regulamentação e atos administrativos que tiveram como suporte aquela norma, nomeadamente a portaria que define o procedimento de seleção da associação de direito privado que sucede à pública CD e o despacho ministerial que designou a FRD como titular dos direitos e obrigações da Casa do Douro.

Os deputados comunistas querem ainda que fiquem sem efeito “todos os atos de registo predial de património imobiliário”, entre eles a escritura do edifício sede da CD, na cidade de Peso da Régua, que passou para o nome da FRD.

Depois de revogar este decreto-lei, o PCP quer que o Governo nomeie “uma comissão administrativa para exercer as funções que eram assumidas pela direção cessante da CD”, mantendo to-

das as atribuições que lhe estavam conferidas nessa data.

A extinção da CD foi contestada por viticultores e partidos políticos, como o PCP, que sempre defendeu que a instituição devia manter a sua dimensão pública.

Depois de a FRD ter vencido o concurso, no final de maio, a outra organização concorrente, a Associação da Lavoura Duriense, interpôs uma providência cautelar que está em trânsito no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Entretanto, no início deste mês, os elementos da federação tomaram posse à força da sede da instituição, assegurando ter legitimidade para entrar no edifício e invocando, para o justificar, os decretos-lei do Governo e a escritura pública do edifício feita há quatro meses.

Os dirigentes da FRD salientaram que esperaram até que a direção cessante da CD perdesse todos os seus poderes ordinários para entrarem no edifício. Por sua vez, os elementos dessa direção cessante já contestaram pela via judicial a tomada de posse.

Texto: Lusa, Foto: Eduardo Pinto

Jornal “O Pombal” n.º 229 de 31 de janeiro de 2016



Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 08/01/2016, lavrada a partir de quarenta e duas do respetivo livro de notas número oitenta e dois C,

Francisco António Borges, NIF 158 627 636, e mulher Maria Augusta dos Santos Pinto, NIF 176 869 239, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Belver, e ela da freguesia de Mogo de Malta, ambas do concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes em Mogo de Ansiães, freguesia de Belver e Mogo de Malta, concelho de Carrazeda de Ansiães, declararam:

Que, com exclusão de outrem, são possuidores dos bens IMÓVEIS SITOS NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES freguesia de Belver e Mogo de Malta extinta freguesia de Belver

Natureza: rústica
Composição: terra de batata de sequeiro
Confinantes: Isau Pinto (Norte); caminho (Sul); caminho (Nascente); caminho (Poente)

Situação: Vale
Artigo Matricial: 457 (anteriormente inscrito sob o artigo 59 da extinta freguesia de Belver)

Área: 368 metros quadrados
Valor Patrimonial para efeitos de IMT: € 202,92

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Que, entraram na posse do prédio indicado, no ano de mil novecentos e setenta, por doação meramente verbal que nunca foi reduzida a escritura pública, feita em dia e mês que não podem precisar, feita pelos pais da justificante mulher Manuel dos Santos e mulher Rosalina Augusta Pinto, que foram residente no dito Mogo de Malta, já falecidos.

Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado imóvel, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, eles justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-o, semeando-o, cultivando-o, colhendo os seus frutos, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por ele devidos, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram o citado prédio por usucapião, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

08.01.2016. A Conservadora,
(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 23.